

# Resoluções e moções aprovadas no 3º Congresso da Juventude do PT

O Partido dos Trabalhadores e das Trabalhadoras vive sua virada geracional. O grande projeto dos/as nossos/as fundadores/as precisa de nós para seguir adiante!

Em 13 anos de governos do PT realizamos grandes avanços, porém, mesmo que tenhamos vivido o maior período de desenvolvimento econômico e social de nossa história, as estruturas construídas na formação do Estado e da sociedade brasileira são gestadas, ainda, por uma elite que não tolera a partilha de direitos e oportunidades, na mesma proporção que deflagra o sexismo, o racismo, a LGBTfobia e o preconceito de classe. Por isso, a estrutura política do País abre um novo patamar de exigências, que aponta para reformas do Estado, a qualificação dos serviços públicos e o bem-viver.

Antes de qualquer coisa, queremos dizer que precisamos, através de uma articulação transversal no governo federal, ativar um bônus ainda insuficientemente aproveitado para transformar o nosso País: os milhões e as milhões de jovens negros e negras, pobres da periferia diariamente chacinados que guardam uma reserva de potencial social, econômico, cultural, político, de inteligência inestimável que não podem seguir tendo seu futuro desperdiçado nas mãos do crime ou dos aparatos de repressão a ele. Os milhões de jovens filhas e filhos da classe trabalhadora, beneficiados pelo crescimento com inclusão social dos últimos 13 anos, que querem mais direitos e melhores serviços públicos.

Além disso, é urgente ampliar o diálogo com os/as jovens trabalhadores/as, pensadores/as, empreendedores/as egressos dos programas dos nossos governos - Microcrédito, ProJovem, ProUni, Pronatec, Fies, ReUni, Pronaf Jovem, Bolsa-Família para lares com filhos matriculados no ensino médio, Mais Educação, Fundeb, Ciência Sem Fronteiras, Enem, Novo Fies - para discutir mais soluções para a economia, para as questões sociais, para a cultura, a comunicação, a mobilidade urbana, a segurança pública, a política nas conferências e conselhos nacionais para mais mudanças e mais futuro escolhidos pela sociedade brasileira em 2014.

A geração valente do PT precisa liderar esse processo e cumprir um papel mais forte dentro do partido, no diálogo com a sociedade, construindo uma grande unidade com o conjunto das forças políticas, em especial da Frente Brasil Popular para discutir qual o rumo que queremos para o nosso partido e nossa sociedade. É o momento de um grande pacto geracional para conduzir os próximos 35 anos do PT.

## **2) seguir mudando o Brasil, para seguir mudando o mundo.**

A cada dia a nossa responsabilidade aumenta, afinal quem além do PT representou para o povo a verdadeira mudança que conduziu o Brasil e os brasileiros em outro roteiro e nos fez acreditar que é possível sim conquistar vitórias quando lutamos? Nosso segredo sempre esteve em atuar para amplificar a voz que emana do coração da nossa gente, esse é o motivo pelo qual em meio às mobilizações oriundas das lutas dos trabalhadores surgiu a ideia de construir um partido das trabalhadoras e dos trabalhadores.

Botar a estrela no peito nem sempre foi fácil, ainda que de forma diferente, os poderosos em todo tempo utilizaram-se de variados expedientes para nos marginalizar, nos desacreditar por mais ociosos que sejam seus argumentos. Foram de 22 anos de muitas lutas para assim provar ao mundo, que um novo Brasil era possível. Quando as decisões de quem governa têm o povo em primeiro lugar, nossa vida muda e assim foi; 22 milhões de brasileiras e brasileiros saíram da linha da miséria, conquistaram o direito ao ensino técnico e universidade para as filhas e filhos das trabalhadoras e dos trabalhadores, menor índice de desemprego da história do País, implementação do maior programa habitacional e do maior programa de combate à fome do mundo, maior programa de construção de infraestrutura que já tivemos, uma nova forma de dialogar com o mundo, e resignificando as relações internacionais.

Isso sem dúvida provocou a insatisfação dos que detinham a hegemonia na gestão do sistema, o que gerou uma reação proporcional às transformações que promovemos no Brasil e no mundo. Os que atentam contra nós são aqueles que muito lucraram com a privatização de nossas empresas públicas e a postura submissa do Brasil em relação às grandes potências mundiais, submetendo-nos a lógica do centro-periferia. “Se a história da sociedade é a história da luta de classes”, é certo que quando ganham os trabalhadores, o projeto avança, e os patrões veem seus privilégios sendo ameaçados.

O custo da perversidade e da ganância engendradas pelo capitalismo tem como consequência o pior momento que o planeta já viveu, e são os jovens os maiores afetados seja pelo desemprego ou mesmo pela falta de perspectiva de um futuro. Assim, guerras somam-se a problemas econômicos, que estão relacionados com questões ambientais e constroem um mosaico do pavor a ser combatido por aquelas e aqueles que sempre cultivaram no peito a esperança de que dias melhores dependem da nossa luta cotidiana.

Diante de tantas incertezas cresce por toda parte o individualismo e o preconceito, a xenofobia, a homofobia, o machismo e o racismo, somam-se a uma verdadeira onda conservadora e fundamentalista pautada por uma agenda de retrocessos cujo qual precisamos unir forças e combater.

Esta agenda de retrocessos é alimentada pelo oligopólio da mídia golpista, que dominam TVs, jornais, rádios e até os portais virtuais, semeando a antipatia a tudo que signifique direitos, tolerância, democracia e, todos os dias, promovendo ataques aos símbolos do povo - como Lula e o PT - contra a esquerda, os movimentos sociais e ao projeto, hoje, expressado pela presidenta Dilma. Isso precisa acabar! A Lei do Direito de Resposta foi um avanço, assim como a construção da rede de blogs, jornais e portais alternativos, mas é preciso avançar no sentido de uma efetiva DEMOCRATIZAÇÃO E REGULAÇÃO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO, para que haja concorrência, pluralidade política, ideológica e de conteúdo e, sobretudo, que se proteja e promova os direitos consagrados na Constituição Cidadã de 1988 e nos marcos legais aprovados durante os últimos 13 anos.

Pelo direito de ir e vir, pelo direito de ser quem quiser, por liberdade para ser feliz em um mundo que insistem em tentar nos encarcerar e nos calar diante de tanta desigualdade. A Juventude do Partido dos Trabalhadores precisa se constituir no que foi o PT para os contemporâneos de sua fundação. Sejamos a alma do nosso tempo, que vocaliza os sonhos e as utopias de toda uma geração e representa o símbolo de dias melhores para nós e o que virão depois.

### **A resistência democrática e a onda conservadora**

O PT e a presidenta Dilma venceram duas eleições em uma: contra Marina Silva e Aécio Neves, respectivamente no primeiro e segundo turno. Uma eleição polarizada entre um projeto de forte ajuste fiscal, redução do papel dos bancos públicos, metas de

superávit e inflação incompatíveis com a defesa dos empregos e salários, uma agenda conservadora em relação aos direitos civis, criminalização do PT e dos pobres e seus novos direitos e oportunidades, com direito até mesmo a ataques especulativos advindos do sistema financeiro e agências internacionais de risco de investimentos, numa campanha oposicionista e leviana jamais vista, como ilustra a capa da revista Veja às vésperas do segundo turno;

A resposta foi a polarização em defesa dos investimentos, dos bancos públicos, da criminalização da homofobia, compromisso com a reforma política, regulação econômica e da mídia e o compromisso com a defesa dos empregos, dos salários e da renda, tal como a denúncia ao sistema financeiro e sua principal bandeira: a proposta de autonomia formal do Banco Central;

Para esta vitória foi travada uma batalha da esquerda contra a direita, reaglutinando personalidades, movimentos sociais, partidos políticos contra uma direita nas ruas e sem mais vergonha de apresentar e defender sua agenda. Nela, o papel das diversas juventudes políticas e sociais, com novas formas de ação e mobilização, foi determinante para reencantar a militância, que fez a diferença nas ruas, a militância da JPT cumpriu um papel muito importante neste momento.

Decerto, a vitória eleitoral de 2014, para além da efetivação de nossos compromissos e a renovação de nossa aliança com a população brasileira, deu maior significância ao nosso papel e responsabilidade frente à luta de classes dos trabalhadores e trabalhadoras, considerando principalmente o nível de disputa travado por nossos adversários e sua polarização programática, temos por obrigação histórica analisarmos criteriosamente nosso papel diante do contexto nacional e da América Latina;

Mesmo com toda a comoção e mobilização dos setores progressistas em torno da reeleição da presidenta Dilma, o resultado final foi a eleição do congresso mais conservador desde 1964;

Desde o começo do ano nós do PT e da juventude, assim como grande parte da esquerda brasileira, temos nos focado no debate em torno do ajuste fiscal promovido pelo governo federal. Assumimos como primeiro grande e imediato desafio interromper as tentativas de implementação de uma agenda neoliberal no país, encabeçada pelo Ministério da Fazenda;

É central a nossa luta por mudanças na política econômica. A atual, além de prejudicar a classe trabalhadora e os setores mais pobres da população, não tem como

alcançar os resultados esperados. Os cortes sociais, que atingem quase todos os ministérios, só vão contribuir para a recessão e, portanto, diminuir a arrecadação. Por outro lado, o Banco Central continua aumentando os juros o que também prejudica o crescimento econômico e ainda aumenta o custo da dívida pública.

Essa política derruba a atividade econômica, deteriora o mercado de trabalho e a renda, aumenta o desemprego e diminui a capacidade de consumo das famílias e, mais, reduz a confiança e os investimentos dos empresários, o que compromete a capacidade de crescimento econômico futuro.

Precisamos de um novo programa para um novo ciclo de desenvolvimento, o país precisa voltar a crescer. É fundamental a transformação do sistema tributário, regressivo, injusto, concentrador de renda e riqueza. Que os ricos paguem a conta, e não a classe trabalhadora.

Sendo assim, é urgente a aprovação de uma reforma tributária que desonere os salários, taxe os lucros/dividendos e os ganhos com a especulação financeira, taxar grandes fortunas e heranças, tornar o sistema tributário progressivo, devem também, estimular o aumento da renda das camadas mais pobres.

Cotidianamente nos deparamos com o crescimento e recrudescimento do conservadorismo em nossa sociedade, o que coloca em xeque conquistas históricas e na defensiva de importantes lutas nas quais participamos desde a fundação do nosso partido. Diante de tal conjuntura precisamos oportunizar esse importante momento de construção de 3º CONJPT como um processo articulador de lutas e utopias.

Logo no início desta legislatura, ficou latente a existência de uma onda conservadora expressa na figura de Eduardo Cunha, que apresenta duas dimensões a serem consideradas: De um lado sua relação com a bancada evangélica e apresentação de uma agenda conservadora que atenta contra os direitos individuais. De outro, o atual presidente da Câmara foi o grande captador e financiador das eleições de 2014 organizando assim, uma bancada em defesa dos interesses empresariais.

O compromisso estabelecido com os financiadores privados de campanha e o perfil da bancada eleita teve como desdobramento uma agenda negativa na Câmara Federal, com as chamadas pautas bomba, expressando os limites do nosso sistema eleitoral e a necessidade de nos mobilizarmos em defesa de uma reforma política que limite a influência do poderio econômico nas eleições e garanta a real representatividade de negras, negros, trabalhadoras e trabalhadores, jovens, indígenas nos espaços representativos.

O oligopólio dos meios de comunicação é outro elemento que influencia cotidianamente na formação da opinião pública da nossa sociedade, com a velha tática da comunicação nazista de repetir uma mentira muitas vezes até que ela se torne verdade, manipulando informações, atuando como um partido político de oposição, também chamado como PIG (Partido da Mídia Golpista), sendo amplificador do discurso do ódio e atentando contra democracia. A juventude do PT repudia o descumprimento dos termos da constituição e soma-se a luta por uma imprensa livre que cumpra o papel de informar.

Esses elementos contribuíram no último processo para ascensão de figuras como Eduardo Cunha que se apresentou no último período como o maior inimigo dos direitos da juventude brasileira, este aliás, diante de todas as denúncias observadas nos últimos meses não reúne quaisquer condições de permecer a frente da presidência da câmara dos deputados. A ação irresponsável e descompromissada com o Brasil cria um clima de instabilidade econômica e favorece ao crescimento de movimentos capitaneados por aqueles que não aceitam a derrota eleitoral, e atentam contra a democracia e ao mandato democraticamente conquistados nas urnas pela presidenta Dilma Rouseff, fruto da luta popular. Não aceitaremos retrocessos, NÃO VAI TER GOLPE, VAI TER LUTA! Assim, nos somamos a lutas dos diversos movimentos de juventude e encaminhamos a direção nacional da JPT que conduza e oriente a participação dos seus militantes na campanha Fora Cunha.

## Os ricos que paguem pela crise

O principal problema econômico do País hoje é a queda da arrecadação, promovida em especial pela sonegação de impostos de grandes grupos empresariais, chegando a superar em mais de 6 vezes a meta do ajuste fiscal do governo federal, com o valor impressionante de R\$ 420 bilhões em impostos sonegados apenas neste ano.

Se apenas 16% desse dinheiro retornasse aos cofres públicos, a meta de R\$ 66 bilhões necessários para o ajuste fiscal da União já seria alcançada. Este contexto gera um impasse não na manutenção, mas na ampliação das políticas sociais e investimentos em infraestrutura logística e social. Além disso, o governo precisa lidar com o fato de que o setor produtivo se recusou, em 2012, a se engajar nos investimentos necessários para impulsionar o crescimento mesmo num ambiente de

mercado de massas, pleno emprego e redução da taxa SELIC, sem contar a forte resistência a esta última medida pelos grandes bancos privados.

Ademais, há dúvidas sobre a capacidade de endividamento das famílias quando se ventila a possibilidade de retomar a expansão do crédito. Por fim, o governo optou por um Ajuste Fiscal que sequer teve efeito, na medida em que houve a drástica redução da meta fiscal e apresentação de uma proposta orçamentária deficitária, todavia, desde o início do Ajuste, errou na política: divulgou que faria um grande ajuste, colocando-o como o centro da pauta política, quando, desde 2003 os governos do PT realizaram ajustes nas contas públicas; depois escolheu medidas desconfortáveis para a base que reelegeu a presidenta e, por último, jamais explicou em público o conteúdo e as motivações do ajuste na política para a sociedade brasileira e, tampouco, o construiu, de partida, por meio de uma concertação com empresários, trabalhadores e movimentos sociais. Para terminar, colocou como porta-voz da medida um ministro identificado com o liberalismo e com a tecnocracia, que amplificou o desgaste.

A política de ajuste fiscal corta dos gastos sociais para fazer superávit primário destinado ao pagamento de juros da dívida pública, engordando o bolso de banqueiros e especuladores. Só neste ano a educação, por exemplo, já sofreu R\$ 11 bilhões de cortes afetando creches, escolas e universidades. O ajuste aprofunda o desemprego e ameaça direitos de trabalhadores.

Por isso a Juventude do PT se posiciona contra a política de ajuste fiscal pilotada pelo ministro Levy, que ameaça fazer um verdadeiro ajuste estrutural, e chama a juventude petista a resistir a todas essas medidas nas lutas e mobilizações de estudantes e trabalhadores, exigindo de Dilma que cumpra o mandato dado pelas urnas em outubro passado e mude a política econômica, colocando fim ao superávit primário, centralizando o câmbio, e derrubando a taxa de juros.

Acreditamos que a saída econômica e, mais do que isso, política, acertada é, neste momento de crise fiscal, colocar o peso do financiamento do Estado sobre a injustiça tributária brasileira, isto é, nos mais ricos. A partir disso, recompor as contas públicas de modo que seja possível não apenas manter, mas ampliar as políticas sociais e os investimentos de infraestrutura social e logística, realimentando o círculo virtuoso do crescimento: investimentos estatais produzindo empregos, estes, mais renda. Tudo isso, claro, feito com diálogo social com os principais movimentos sociais, beneficiários dos programas sociais e inscritos dentro dos instrumentos de planejamento do Estado, como o Plano Plurianual e suas sucedâneas Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei

Orçamentária Anual, articulação imprescindível para que este “novo ajuste” seja a base para a recomposição parlamentar do governo no Congresso Nacional para aprová-lo e semear o avanço necessário a partir dele.

Com a travessia feita, poderíamos retomar o apoio dos que elegeram a presidenta e ao PT e iniciar o aprofundamento do projeto pretendido na campanha de 2014.

**Para isso, propomos:**

- Taxação das grandes fortunas, das grandes heranças e ampliação da taxaçoão ao lucro líquido dos bancos, assim como das grandes fusões comerciais brasileiras;
- Alteração da tabela do Imposto de Renda, de modo a diminuir a taxaçoão para a nova classe trabalhadora e ampliar, com escalas mais definidas, a dos “andares de cima”;
- Aprovação do projeto de repatriação de recursos milionários no exterior;
- Pactuação de convergências entre União, estados e municípios, por meio de objetivos e metas dos Planos Plurianuais federal, estadual e municipal, para a educação e saúde, para organizar o fluxo dos rendimentos do Fundo Social do Pré-Sal conforme previsto na nova legislação, de modo a sinalizar para a prometida Pátria Educadora e revolução nos serviços públicos, incluindo a articulação com as bancadas federais no Congresso Nacional de maneira que as emendas do Orçamento Impositivo possam, pelo menos em parte, se direcionarem a esta nova perspectiva;
- Construir a redução da taxa SELIC de forma sustentada e com pactuação das margens com a indústria e com os bancos privados, de forma que se concerte a paulatina retomada dos investimentos privados e a redução do spread bancário, fundamental para a retomada efetiva do crédito, seja para a produção, seja para o consumo individual e familiar;
- Implementar uma ofensiva pelo imediato acordo de leniência com as empresas envolvidas na Operação Lava-Jato, cujos impasses representam queda de 2% na projeção do PIB brasileiro.
- Imediata Auditoria da Dívida Pública.
- Imposto progressivo sobre a terra.



- Aumento de punições e multas para os casos de sonegação de impostos por grandes grupos empresariais que desequilibram nossas finanças, fazendo a diferença nas metas fiscais recair sobre a classe trabalhadora para “fechar a conta”.

### **3) UMA JPT NACIONAL, POPULAR, DEMOCRÁTICA E DE MASSAS**

Sáímos do V Congresso do PT com um partido mais plural, mais negro, mais jovem, mais feminista, mais indígena, mais quilombola e mais colorido. A Carta de Salvador deu as bases para isso: “conclamamos todo o partido para um profundo processo de reorientação, caracterizado pela renovação em suas estruturas, métodos de organização e direção, formas de financiamento, instrumentos de comunicação e relações com os movimentos sociais”. Neste horizonte, a mais importante resolução foi a seguinte: “Este caminho vai além de acordos eleitorais ou de pactos entre direções: nossa proposta é a constituição de uma nova coalizão, orgânica e plural, que se enraíze nos bairros, locais de estudo e trabalho, centros de cultura e pesquisa, capaz de organizar a mobilização social, o enfrentamento político-ideológico, a disputa de hegemonia e a construção de uma nova maioria nacional”, para dizer que “a opção pela qual lutamos é a da transição de políticas públicas para reformas estruturantes”.

Nos posicionamos pela revisão da atual política de alianças feita com partidos que expressam interesses abertamente contraditórios ao do PT e que reforçam o “toma lá dá cá” no balcão de negócios do congresso nacional. Por uma política de alianças que priorize o diálogo com partidos de esquerda e setores progressistas destes partidos.

Para tal, além do “novo ajuste”, é necessário atrair cada vez mais as juventudes da periferia e trabalhadora, assim como interiorizar e territorializar a atuação ainda muito concentrada em capitais. Este processo deve beber em novíssimas experiências de reinvenção de forças políticas a partir da liderança de novas gerações como a La Campora, o Syriza, o Podemos, o Occupy nos EUA, assim como em experiências do próprio PT, vivenciadas na campanha eleitoral como métodos de ação política: “isoporzinho”, flashmobs, atividades culturais, ou mesmo o “coxinhaço” organizado contra os atos da direita, entre outras.

Está posto um “terceiro turno” e, precisamos de uma JPT para a disputa prolongada de hegemonia. Então, atividades de convencimento popular permanente, discussões amplas com a sociedade a respeito do Brasil, do PT, dos nossos governos e, mesmo, dos projetos de desenvolvimento nos estados e municípios, que produzam mobilização permanente do petismo e adesão do povo para a ação é imprescindível.

Precisamos de um novo tipo de organização política condizente com a concepção de um partido de massas, cujo formato deve ser discutido mais profundamente após este III Congresso, mas que permita uma JPT voltada para a discussão com a sociedade e capaz de pautá-la e não refém de uma dinâmica internista que acaba afastando a juventude popular e expondo o partido com festivais de ataques ao partido de dentro do próprio partido, numa roda-viva que articula, predominantemente, o que já são - em muitos casos há muito tempo - militantes.

Para nós, a prioridade estratégia de ação deve ser a juventude trabalhadora e da periferia, em cooperação estratégica com o cutismo e a busca pelo diálogo com a juventude beneficiária dos programas sociais, sobretudo: ProUni, Bolsa-Família, Ciência Sem Fronteiras, Minha Casa Minha Vida e Pronatec.

Entendemos também que a nova geração precisa de uma tarefa clara para contribuir com os desafios do PT: a liderança do resgate dos Diretórios Zonais, concebidos nos anos 90 como uma forma de aproximar o partido das suas bases populares, afinal uma juventude de massas precisa ter um modelo organizativo que dê conta da atuação conjunta com as massas, com a cara do Brasil e da América Latina, do povo brasileiro, com funcionamento aberto e plural e aberta aos que sonham com o socialismo democrático.

### **Como fazer:**

- Superação do atual modelo de eleição e organização da JPT, com a realização de um seminário de organização da JPT em conjunto com a SORG, considerando o acúmulo construído nos conselhos políticos e congressos da JPT;
- Rediscutir a filiação interna, para recepcionarmos os jovens abaixo da faixa de 16 anos que adeptos de nossas causas, que por questões puramente burocráticas são impedidos de se somarem a nossas fileiras organicamente.
- 10% do fundo partidário destinados ao financiamento da JPT nacional e nos estados;

- Construir, em nível municipal, estadual e nacional, o coletivo de jovens e nova geração, que atuam em governos e nos parlamentos, vinculado às direções municipais, estaduais e nacional da JPT;
- A articulação de núcleos territoriais nestes Diretórios Zonais para cumprir as tarefas de buscar o diálogo com os beneficiários dos programas sociais, debates comunitários abertos e organizar atividades de convencimento popular, solidariedade social e ação de intervenção diretas nas realidades locais.
- Construir o conselho de movimentos sociais e jovens artistas da JPT, vinculado ao conselho político em nível nacional, estadual e municipal;
- Construir o conselho de beneficiários dos programas sociais, como forma de debater os programas e discutir melhorias.
- Construir o conselho de jovens trabalhadores, para debater junto ao movimento sindical as pautas centrais para o trabalho descente.
- Realizar os conselhos políticos itinerantes da JPT, compostos pela DNJPT e as estaduais de cada região do país, para uma relação mais forte com os estados;
- Criação do Circula JPT, visando a construção de uma intervenção territorializada com forte diálogo com as manifestações culturais das juventudes, bem como realizar o II Festival de Política, Arte e Cultura da JPT, sendo um grande espaço de integração, debate político aberto à juventude petista e simpatizantes, onde mais uma vez terão a oportunidade de participar de oficinas, minicursos, debates e apresentações culturais;
- Promover acampamentos de jovens petistas e simpatizantes Brasil a fora, mobilizando diuturnamente os jovens de todas as regiões
- Resignificar as sedes dos diretórios como espaços que atraiam e dialogue com a política, arte e cultura.
- Definir como agenda institucional Seminários temáticos, principalmente os já realizados pela última Gestão da Juventude como o “Juventude e Meio Ambiente”, na Amazônia, “Jovens feministas do PT” e da “JN13” e construir o seminário nacional da Juventude LGBT, focado também na organização da juventude ribeirinha, quilombola e indígena e aberto à participação das comunidades envolvidas;
- Realizar um grande seminário da juventude trabalhadora em parceria com a Juventude da CUT que prepare o jovem trabalhador para participar mais ativamente das discussões que envolvem a política local e a nacional, seja partidária ou sindical, com foco nos locais de trabalho e na política do emprego;

- Articular uma relação orgânica com as demais setoriais, a fim de fortalecer a intervenção jovem feminista, anti-racista, anti-homofóbica, indígena e por dentro de temas como educação, ciência & tecnologia e cultura, bem como a realização dos seminários temáticos em diálogo com as setoriais nacionais do PT;
- Criar campanhas através de coletivos instituídos nacional, estadual e municipal dos seguintes temas: Não a redução da maioria penal, pelo Fim dos Autos de Resistência, ambas vinculadas a uma campanha permanente com o Fim do Genocídio da Juventude Negra, legalização do aborto, legalização da maconha, contra o machismo, regularização da mídia e Fora Cunha e contra o PL 5069; PNE Criando campanhas e agendas de luta da JPT. E potencializar a nossa presença nas jornadas de lutas como a Frente Brasil Popular. Em sintonia com as direções do PT, articular para podemos lançar candidaturas jovens nas eleições de 2016, nas capitais e nas grandes cidades de todo país, juntamente com ampla campanha de filiação de jovens, em conjunto com as secretarias estaduais e municipais e núcleos zonais, para que possamos conseguir atingir 1 milhão de jovens filiados;
- Construção da Jornada popular de formação política para a Juventude do PT vinculado a esta campanha de filiação, como foco na formação dos jovens dirigentes do PT dentro das cotas dos 20%.
- Acumular, nas instâncias da JPT, uma discussão sobre as cotas geracionais para a elaboração de uma proposta a ser apresentada no VI Congresso do partido.
- Promover campanhas públicas sobre o socialismo e promoção de novos valores da sociedade brasileira;
- Caravana da JPT Nacional para fortalecer as Campanhas Municipais levando as políticas aprovadas no Congresso para toda JPT;
- Realização de congressos a cada 2 anos;
- Criação de um Coletivo de relações internacionais;
- Criação de um coletivo LGBT na JPT;
- Enfrentamento ao projeto da cura gay;
- Que secretários municipais e estaduais tenham voto dentro da executiva do PT;
- Criar um coletivo da diversidade religiosa dentro da JPT;
- A garantia de que na filiação possa ser colocado o nome social, e ser reconhecido como tal, que isso se implemente não só na Juventude como em todo o partido.

#### **4) UMA JUVENTUDE DA PÁTRIA GRANDE E DA NOVA ORDEM MUNDIAL**

O Partido dos Trabalhadores historicamente construiu uma ampla e sólida política internacional com os mais diversos partidos de esquerda no mundo. O Foro de São Paulo foi o grande instrumento que o PT criou na América Latina para fortalecer a atuação dos partidos de esquerda e progressistas. De mesmo modo a Juventude do PT ensaiou a construção de instrumentos, como a experiência do Foro de Juventudes Políticas do Mercosul, e posteriormente propondo a construção de um espaço permanente de juventude no Foro De São Paulo. Porém a agenda internacional precisa voltar a fazer parte do cotidiano político da JPT.

Vivemos um momento de extrema ofensiva imperialista e fundamentalista na América Latina e no mundo. Em nosso continente a direita iniciou sua ofensiva com o golpe ao governo Lugo no Paraguai, os ataques sistemáticos na Venezuela (Chávez e Maduro), o golpe ao governo de Hollande em Honduras e a insistente permanência de bases militares estadunidense em diversos países na América Latina. Essa ofensiva é crescente, chegando no Brasil, e agora com Macrí na Argentina. Nesse cenário, é importante que a Juventude do PT incida na política internacional de forma solidária aos processos que vem acontecendo pelo mundo, além de fortalecer as nossas relações com as Juventudes Progressistas e de esquerda também na perspectiva da construção de campanhas internacionais e auxílios às juventudes.

É necessário e urgente a realização de um seminário Internacional onde apontaremos uma política de atuação e estratégias de ações internacionais da JPT. Desse Seminário, que se organize um coletivo permanente de RI para aprofundar estudos e apontar um modelo de organização da Juventude juntamente com a Direção Nacional da JPT e em articulação com a SRI do PT. Tendo como horizonte a construção de espaços fundamentais:

MERCOSUL/ UNASUL/ CELAC (Cumbre social do Mercosul, REJ, entre outros)

COPPAL – Conferência Permanente de Partidos Políticos da América Latina

Foro de São Paulo

ALBA

FMJD / YUSI

BRICS

Podendo também identificar novas formas de organização da esquerda, como o Podemos (Espanha) e Syriza (Grécia).

## 5. A juventude quer viver!

Diariamente nos deparamos com a truculência e opressão por parte daqueles que deveriam garantir o pleno exercício dos direitos da juventude. O quadro de violência conhecido em nosso país é sem dúvida alguma uma mazela estrutural do processo de colonização brasileira e herança dos tempos da ditadura.

Deste processo resultam as agudas desigualdades sociais existentes, mesmo que tenhamos nos últimos anos avançado com os governos de Lula e Dilma, ainda temos muita luta para tocar no rumo de construir a igualdade de direitos e uma sociedade livre de preconceitos e opressões.

A terra é um direito inalienável, sua concentração é a base da exclusão social no campo e por isso devemos fortalecer as históricas lutas dos movimentos das trabalhadoras e trabalhadores do campo. Nos somamos aos movimentos sociais que lutam contra o latifúndio e defendem a produção agrícola como um processo solidário, onde a produção não reside apenas na concentração de lucros, mas sobretudo passa pela segurança alimentar e divisão de riqueza para todas e todos, inclusive tendo em conta que segurança alimentar é garantir uma produção e uma alimentação saudável restringindo o uso de agrotóxico e contra os transgênicos, por uma produção cada vez mais sustentável e agroecológicas.

Exigimos nosso direito ao território, a atualização do modo petista de governar deve estar sintonizada com as novas demandas produzidas a partir do novo patamar de exigências alcançadas através do novo momento vivido pela classe trabalhadora no Brasil. Queremos tarifa zero em todas as cidades brasileiras para que a nossa geração tenha o direito de ir e vir garantido e um novo modelo de cidade, onde as pessoas sejam mais importantes que os negócios e os lucros sempre concentrados nas mãos de poucos. A cidade precisa ser de todas e todos disso não abriremos mão.

Convocamos a toda militância da juventude do PT que se engaje em nas lutas colocadas à nós, a juventude que morre nas periferias clama por perspectivas de um futuro onde os seus direitos sejam assegurados. Nos levantamos contra toda violência e

opressão e reivindicamos uma agenda de mobilizações que passe pela organização de quem sofre no dia a dia os problemas de viver em uma sociedade conservadora.

Temos o direito de ser quem quiser, amar como bem entender e nos chamar como preferimos, por a JPT repudia todo e qualquer tipo de violência contra a população LGBT e defende como agenda prioritária a construção de uma ampla campanha em defesa da criminalização da homofobia.

Não permitiremos retrocessos, Cunha e sua agenda conservadora não ditarão regras sobre os nossos corpos, a liberdade pressupõe o direito de escolha, e por isso nos oporemos a todo e qualquer dito de ação que virá a autonomia da mulher sobre o seu corpo.

Entendemos que há uma ofensiva contra o partido com condenação de dirigentes históricos em julgamentos políticos de exceção e organizará iniciativas práticas em defesa e solidariedade ao companheiro Vacari e aos demais companheiros condenados anteriormente João Paulo Cunha, José Dirceu, Genoíno e Delúbio.

Portanto apresentamos o III congresso da JPT aprova as propostas a abaixo fruto de dois dias de debates da sua militância, e as assume como agenda de lutas para o próximo período.

#### **EDUCAÇÃO & JUVENTUDE**

1. Encontro nacional de estudantes petistas;
2. Elaborar uma agenda de mobilização e debate da JPT pela implementação do PNE, SNE, Reforma do Ensino Médio e Reforma Universitária;
4. Campanha pela regulamentação dos 75% dos Royalties do Petróleo para Educação, para financiar uma profunda reforma no sistema educacional;
5. Repúdio contra os PL 131/2015 do Senador José Serra e do PL 6726/13 do Deputado Mendonça Filho, que versa sobre a Petrobrás e o Regime de Partilha do petróleo brasileiro;
9. Paridade ampla geral e irrestrita nos espaços e atividades da JPT;
13. Implementação de um grupo de trabalho permanente da JPT, conjuntamente com a Setorial de Educação para pensar uma plataforma unificada e horizontal de educação;

14. Todo apoio as ocupações nas escolas em São Paulo;

### **CULTURA ESPORTE E EDUCAÇÃO,**

1. O PT em todas as suas instâncias deve priorizar a cultura, esporte e educação como ferramenta de luta e transformação social e política;
2. Os governos do PT devem garantir mais investimentos na cultura esporte e educação;

### **GENOCÍDIO DA JUVENTUDE NEGRA**

1. Transversalidade da pauta de combate ao racismo em todas as instâncias da JPT;
2. Por mais atividades nas periferias e interior;
3. Pautas prioritárias relacionadas ao enfrentamento ao genocídio da juventude negra: pela legalização das drogas, legalização do aborto, pela aprovação do PL 4471-Fim dos autos de resistência;
4. Pela implementação e fortalecimento da Lei 10.639 e 11.645;
5. Por mais representatividade dos negros e negras nos meios de comunicação, democratização da mídia já;
6. Contra a criminalização dos movimentos sociais
7. Contra a violência cometida às mulheres no sistema prisional;
8. Pela desmilitarização das polícias;
9. Repúdio à violência contra os terreiros e comunidades tradicionais;
10. Por uma educação laica;
11. Pela Reformulação e fortalecimento do programa Juventude Viva
12. Contra a redução da maioria penal;
13. Contra a terceirização;
14. Contra os grupos de extermínio de juventude negra;



15. Repúdio às chacinas nas periferias;
16. Contra o genocídio da população indígena;
17. Pela valorização da cultura negra;
18. Cotas nos cursos de pós graduação;

## **REFORMA AGRÁRIA, JUVENTUDE DO CAMPO E MEIO AMBIENTE**

1. Fortalecer o MMA;
2. Fortalecer as Feiras Agroecológicas;
3. Agricultura familiar nos restaurantes e nas universidades;
4. Efetivar a política de resíduos sólidos;
5. Punição adequada da Vale e Samarco;
6. Capacitação técnica dos pequenos agricultores;
7. Educação no campo: diversificação de cursos de graduação e pós graduação no campo, oferecendo não apenas áreas voltadas a terra, mas também voltadas à ciências ;
8. Maior fiscalização do maquinário como tratores ofertados às prefeituras para garantir sua aplicação aos pequenos produtores;
9. Que a JPT lute pelo fortalecimento do MDA , para que os assentamentos a serem criados já sigam o modelo agroecológico;
10. Precisamos pressionar pela implementação do PRONARA;
11. Criação de feiras de economia popular e solidária e q a JPT trabalhe no fortalecimento das feiras em seus municípios;
12. Contra o fechamento das escolas do campo;
13. Por uma política real de reforma agrária e valorização de agricultura familiar;
14. Contra o sucateamento do INCRA e da FUNAI pela implantação das políticas da terra;
15. Contra o PL 4148/08 que acaba com a exigência do símbolo da transgenia nos rótulos dos OGM;
16. Lançamento imediato da fase 3 do MCMV com recursos adequado para atender a demanda dos pequenos agricultores rurais, assentados, quilombolas, comunidades tradicionais e outros;

## **Políticas Públicas para a Juventude**

1. Articular a Juventude do PT na 3ª Conferencia de Juventude;
2. Provocar a reformulação do Plano Juventude Viva;
3. Fomentar espaços da JPT sobre a inserção do Jovem no mercado de trabalho e profissionalização;
4. Elaborar uma cartilha de experiência e direcionadas para conselheiros e gestores petistas;
5. Defender imediata a regulamentação do SINAJUV e a previsão do fundo nacional de juventude;
6. Manutenção do espaço da SNJ, ligada a presidência da república com mudanças na sua política e direção;
7. Realizar um seminário nacional de PPJ, antecedido de etapas preparatórias;

Moção de repúdio a (Re) organização das escolas em SP:

O que temos ao longo desses vinte anos de gestão tucana no Estado de São Paulo é o verdadeiro sucateamento da educação pública. Desde o ano passado o governador Geraldo Alckmin reeleito no primeiro turno anunciaria o fechamento de mais de 3 mil salas de aula em todo o estado já para o ano letivo de 2015, o que representaria mais superlotação das salas de aulas, mais precarização e desvalorização do ensino do ensino público. Há anos os governos tucanos vem numa tentativa de liquidar o ensino noturno, o que prejudica ainda mais o estudante trabalhador e a estudante trabalhadora, além de reforçar o caráter elitista da educação no país, onde ainda hoje nem todos conseguem concluir o ensino básico.

Além disso, os cortes de verbas que tingem desde material de limpeza até material pedagógico: o congelamento do salário do professor já arrochado.

Após 92 dias de greve dos docentes paulistas, o governo se manteve intransigente e autoritário. Recentemente, Alckmin e seu secretário Herman anunciaram o fechamento de 94 escolas e a reorganização separando em ciclos, reduzindo ainda mais o ensino noturno. Isso simboliza a tentativa de entregar a iniciativa privada o ensino público.

Em resposta as políticas de desvalorização promovidas pelo governo Alckmin, os estudantes paulistas ocuparam escolas, hoje já se somam mais de 70 escolas ocupadas. Por isso, saudamos, apoiamos e nos colocamos a luta com os demais estudantes em defesa da educação pública, gratuita, de qualidade e verdadeiramente emancipadora.

Moção de Repúdio a PEC 215/00:

Os povos indígenas foram historicamente massacrados na formação da sociedade brasileira. A escravidão, o genocídio e a expulsão de suas terras marcam profundamente nosso Brasil.

O PT foi fundado nas lutas das classes trabalhadoras e de todos os setores oprimidos. Por isto, o PT sempre teve compromisso com as lutas dos povos indígenas por seus direitos e por reparação histórica. Hoje tramita no congresso nacional a PEC 215/00 que visa transferir para o Congresso Nacional a responsabilidade pelas decisões sobre demarcações de terras indígenas, retirando esta prerrogativa do executivo. Sabemos que hoje nós temos um dos legislativos mais conservadores da história brasileira e com grande expressão de ruralistas, representantes do latifúndio e do agronegócio. Esta PEC visa na verdade, por tanto, dificultar a demarcação das terras indígenas e privilegia aqueles que ainda detêm a maior parte das terras do Brasil.

A JPT é contra a PEC 215/00 e nos colocamos ao lado dos povos indígenas na luta pelo reconhecimento de seus territoriais, seus direitos e sua história. Pela democracia das terras indígenas.

Moção em repúdio a cobrança nos cursos lato-sensu nas universidades:

No dia 21 de outubro, o plenário da Câmara dos Deputados votou e aprovou em primeiro turno, por 318 votos contra 129, a PEC 395 que permitiu às universidades públicas cobrarem por cursos de pós-graduação lato sensu, extensões e mestrado profissional.

Historicamente, O PT defende a gratuidade no ensino público. Contudo, a referida PEC foi aprovada com o voto de 14 deputados do PT e contou com a abstenção de 2 parlamentares petistas.

A maioria da bancada cumpriu com o programa partidário e acertadamente votou contra a proposta.

Mas precisamos contestar a posição de lideranças que liberaram o voto da bancada ao invés de orientá-la a barrar a medida. Destacamos também o grande erro de parte dos deputados petistas de declarar seu apoio à matéria.

A chamada regulamentação de cobranças que já vem sendo feita para cursos de pós-graduação lato-sensu, extensões e mestrado profissional ao invés de manter o princípio da gratuidade do ensino público faz avançar o projeto neoliberal de privatização da educação.

Os 14 deputados petistas que votaram neste primeiro turno favoravelmente à PEC, devem mudar sua posição no segundo turno da votação e votarem contrariamente seguindo as posições do programa do PT que defende a educação pública.

A Juventude do Partido dos Trabalhadores que vem lutando junto ao movimento estudantil e demais movimentos de educação pela ampliação do investimento na educação pública é contra a PEC 395/14 e defende que o PT feche questão sobre o assunto.

**Moção contra a criminalização dos Movimentos Sociais:**

Enfrentamos hoje uma ofensiva conservadora que visa derrotar a classe trabalhadora e a esquerda no Brasil e na América Latina. Os Movimentos Sociais organizados pela classe trabalhadora e pelos setores oprimidos são instrumentos históricos de luta e resistência. Por isto, a direita e os mais reacionários acirram a expressão do seu ódio e procuram criminalizar os movimentos sociais. Esta ação está

articulada com as tentativas da criminalização do PT e das demais organizações de esquerda brasileira.

Hoje, tramita no Congresso Nacional o Projeto de Lei 2016/15 que supostamente visa "combater o terrorismo", porém que cria mecanismos de ampliação de criminalização dos movimentos sociais. Agrava ainda a situação o fato de que este projeto de lei foi encaminhado pelo Poder Executivo, facilitando a ação da oposição de direitos para aprofundar suas tentativas de ataques às organizações das classes trabalhadoras.

A juventude do Partido dos Trabalhadores se coloca ao lado dos movimentos sociais nesta luta contra a criminalização das lutas e contra a Lei Antiterrorismo. A JPT defende que o Partido dos Trabalhadores também tome posição oficial contra qualquer iniciativa de criminalização dos movimentos sociais e contra a Lei Antiterrorismo.

Moção de repúdio o PL 5069/13:

No dia 21 de outubro foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados, órgão composto por 90% de homens, o projeto de lei 5069/13.

Esse projeto de lei propõe a submissão das vítimas de estupro ao exame de corpo de delito como condição para ter tratamento de saúde e visa ainda proibir o uso das pílulas anticoncepcionais de uso emergencial.

O repúdio ao PL significa defender os direitos sexuais das mulheres, em especial as mais pobres, que são as maiores vítimas da não legalização do aborto. Representa ainda combater a agenda conservadora, apresentada pelo fundamentalismo religioso que quer criminalizar as mulheres e destruir os nossos direitos já conquistados. É por isso que precisamos dizer não ao PL, aos Cunhas e a todo o retrocesso conservador, nos somando e construindo a resistência junto aos movimentos feministas.

Moção em defesa da Petrobras:

A Petrobras é um dos principais instrumentos de soberania nacional brasileira sobre recursos naturais e no último período foi fundamental para o desenvolvimento econômico, a geração de emprego e a distribuição de renda no país, principalmente por

meio do regime de partilha e de conteúdo nacional. Por isso, a Petrobras vem sendo alvo de permanentes ataques da direita brasileira que tem como objetivo privatizar a maior empresa pública do Brasil e entregar os campos de petróleo ao domínio do imperialismo e de suas multinacionais. Neste sentido o combate às práticas de corrupção no interior da Petrobras não deve ser pretexto para a paralização das atividades da empresa. As petroleiras e petroleiros estão na linha de frente na defesa da Petrobras, realizando uma greve nacional que vem lutando contra o retorno do regime das concessões que tramita hoje no Congresso Nacional por iniciativa do Senador José Serra (PSDB-SP), em defesa da política de conteúdo nacional; pela retomada nos investimentos na empresa; posicionamento contrário ao plano desenvolvimentista que vem gerando um desemprego e travando a economia brasileira inserindo na atual política econômica conduzida pelo Ministério da Fazenda.

A Juventude do Partido dos Trabalhadores se coloca em defesa da Petrobras, da manutenção do regime de partilha da política de conteúdo nacional e pela retomada dos investimentos na Petrobras. Todo apoio aos petroleiros e petroleiras que vêm travando em defesa da nossa maior empresa e do povo brasileiro. Não aceitamos qualquer iniciativa da privatização da Petrobras e dos campos de petróleo brasileiros com destaque para os campos do Pré-Sal. Queremos a Petrobras como instrumento de geração de emprego, desenvolvimento econômico, garantindo soberania nacional e queremos seus recursos investidos em pautas sociais com educação e saúde. Defender a Petrobras é defender o Brasil!!!

Drogas, um novo modelo para juventude viver

O debate sobre a questão das drogas deve ser feito abertamente, sem moralismo ou hipocrisia. É importante lembrar que a humanidade sempre utilizou substâncias psicoativas para diversos fins e não o deixará de fazer, pois elas são parte da natureza e da cultura dos povos. A maneira como a grande mídia e a maioria dos governos trata o tema é parcial, equivocada e esconde interesses políticos, econômicos e militares. A proibição das drogas e a cultura proibicionista, apesar de possuir raízes históricas, enquanto política é relativamente recente. Destas raízes cabe destacar alguns episódios

representativos da rede de interesses por detrás desta política.

Neste episódio o paradigma proibicionista já apresenta seu tremendo fracasso, a proibição além de não ter reduzido a produção, comercialização e consumo, muito pelo contrário, resultou também numa escalada assombrosa da criminalidade, violência e corrupção. Logo, a definição sobre o que é legal ou ilegal é mais política e econômica do que orientada por critérios de saúde pública. Atualmente, o foco central do combate às drogas está nos pequenos traficantes, superlotando as prisões. É preciso inverter a lógica de que o problema das drogas se resolve com aumento da repressão, que na prática vem se demonstrando cara, injusta e ineficiente. Enquanto perdurarem as políticas proibicionistas, o tráfico, a criminalização e a repressão continuarão fazendo suas vítimas, que no Brasil, na esmagadora maioria dos casos, têm idade, cor e classe social: a juventude negra da periferia.

O caminho para reduzir o uso problemático de drogas passa pelo acesso à informação, investimento em programas de redução de danos, saúde e educação, regulamentação dos locais de uso, da quantidade consumida em locais privados, controle de qualidade da substância produzida, a fiscalização do cumprimento da legislação trabalhista e ambiental nas unidades produtoras, a garantia de arrecadação de impostos para investir em políticas públicas de distribuição de renda, saúde, educação e moradia, fatores esses que, quando prejudicados, configuram uma situação de vulnerabilidade em que o uso abusivo/problemático pode causar sérios danos à saúde.

Legalizar o plantio, a produção, o comércio e o consumo das drogas, é atingir diretamente a raiz do problema do narcotráfico, porque assegura o controle do Estado e a fiscalização da sociedade sobre estas atividades. Contribui-se assim para diminuir o poder do narcotráfico que se articula pela produção e comercialização ilegal das drogas. É hora de construir um importante debate, ligando o projeto de legalização e regulamentação das drogas, com a luta pelo nosso projeto de sociedade e o programa democrático, popular e socialista. Este é um tema em disputa, os liberais e os neoliberais têm apresentado suas propostas, limitando-se à descriminalização dos usuários – mexendo em nada do violento mercado ilegal do narcotráfico – ou à liberação das drogas, deixando as atividades relacionadas livres de qualquer controle estatal e totalmente entregues ao mercado ilegal.

Algumas iniciativas nessa direção estão surgindo na América Latina, como no Uruguai onde foi aprovada lei que permite o auto-cultivo da cannabis, a produção via

cooperativas, a produção estatal e impõe uma série de regulamentações, como a proibição de propagandas sobre o uso recreativo da cannabis. A discussão sobre que modelo de legalização implementar deve caminhar junto à luta geral pela transformação da sociedade e o fim das opressões. Contudo, há ares de mudanças no Brasil: uma equipe de juristas durante a reformulação do código penal propôs um meio para definir a quantidade que diferencia usuário de traficante, também propôs a descriminalização do cultivo de drogas com fins de consumo pessoal. Também tramita ação no STF que pode resultar na descriminalização do porte e cultivo para consumo pessoal.

A construção de uma nova sociedade não passa pelo aumento da repressão às drogas e seus usuários, mas sim pela construção de soluções pacíficas e democráticas, orientadas ao bem estar da sociedade. Para isto faz-se necessário aprofundar, sem falsos moralismos, o debate sobre o modelo de legalização que queremos e a construção de lutas que pautem a mudança da legislação vigente, articuladas com o projeto de sociedade que defendemos, o socialismo. A lei de drogas deve estar a favor da paz! Uma nova política de drogas é urgente e necessária!

A Juventude do Partido dos Trabalhadores posiciona-se extremamente contrária ao Genocídio da juventude negra, ao encarceramento de nossos jovens, principalmente, os negros, pobres e de periferia através da Redução da Maioridade Penal.

A JPT é a favor de uma nova política de drogas que veja essa questão como cunho de saúde pública e não como de segurança. Seguindo esse raciocínio, propomos um modelo de legalização radical para que a juventude possa viver, para que cesse de uma vez por todas o principal motivo do extermínio da nossa juventude. Encaminhamos também, moções de repúdio a Redução da Maioridade Penal; e ao encarceramento das mulheres negras, pobres e de periferia, muito por conta de seus cônjuges serem autuados em crimes por envolvimento tráfico de drogas.

Legalização de todas as drogas e uma nova regulamentação de drogas lícitas:

- Para uso recreativo e medicinais;
- Descriminalização do usuário;
- Permitida o porte independente da quantidade;
- Produção e venda estatizada – veto a qualquer empresa privada na produção e



venda;

- Criação de conteúdos pedagógicos voltados para as escolas, a fim de informar o jovem sobre as drogas e evitar sua exposição e influência para utilizá-las por falta de conhecimento;
- Veicular nas mídias, campanhas infiguráticas sobre as drogas;
- Proibição de propaganda de qualquer tipo de drogas – incluso álcool;
- Toda a renda deve ser revertida para política de redução de danos e educação sobre as drogas;
- Autorizar o plantio de cannabis em sua residência e seu consumo em espaço privado;
- Reestruturação e expansão da JCANNABIS 13, para que aprofundemos de uma vez o debate sobre a regularização e/ou legalização da maconha;
- Criação de um GT de políticas sobre drogas atrelado ao Conselho Político da JPT;
- Constante contato com o campo progressista do Judiciário que trabalhem e defendem uma política de drogas pautada na redução de danos;

#### Moção de repúdio a Redução da Maioridade Penal:

Neste momento, em que cresce no país o debate sobre segurança pública, combate à violência e a ampliação de direitos da juventude viemos a público comunicar o repúdio Juventude do Partido dos Trabalhadores à PEC 171/93, que propõe a redução da maioridade penal, e aos projetos de lei que retrocedem nos direitos garantidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, a exemplo das propostas de ampliação do tempo de internação dos adolescentes em conflito com a lei – mobilizações que estão na contramão do que vem sendo construído e fomentado nacionalmente para jovens e adolescentes.

A JPT chama atenção para a visão distorcida e preconceituosa que tem justificado as propostas voltadas para o rebaixamento da maioridade penal, amplamente massificada pelos principais meios de comunicação do país. As justificativas puramente

repressivas, que desconsideram a importância das políticas sociais e de medidas de caráter preventivo condizentes com a trajetória de desenvolvimento desses adolescentes escondem que quem tem majoritariamente morrido pelas armas da violência são os jovens pobres e negros das cidades brasileiras.

Nesse sentido, reafirmamos nossa convicção de que as políticas sociais efetivas são passos essenciais para o enfrentamento da questão em pauta. O não contingenciamento de orçamentos e a urgente ampliação dos recursos para a efetivação do Estatuto da Criança e do Adolescente e dos projetos e ações voltadas para a juventude delineiam o melhor caminho para assegurar direitos, gerar oportunidades e, conseqüentemente, diminuir a incidência de delitos e atos infracionais.

Por outro lado, considerando as estatísticas que demonstram que do total de jovens em conflito com a lei, apenas 0,9% dos casos foram de latrocínio e 0,6% foram caso de homicídios, concordamos com as reiteradas manifestações do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), dos movimentos sociais e de respeitadas quadros públicos que têm abordado o tema, destacando os seguintes aspectos: a maioria dos delitos que levam os adolescentes à internação não envolve crimes contra a pessoa, assim sendo, utilizar o critério da faixa etária penalizaria o adolescente com 16 anos ou menos, que compulsoriamente iria para o sistema penal; o ingresso antecipado no falido sistema prisional brasileiro expõe os adolescentes a mecanismos reprodutores da violência, com o aumento das chances de reincidência; a redução da idade penal não resolve o problema da utilização de crianças e adolescentes no crime organizado, que sempre poderia recrutar os mais novos.

Desse modo, cientes de que é preciso somar esforços do poder público e da sociedade civil para aperfeiçoar a aplicação da lei vigente, advertimos que a questão que se coloca não é diminuir a maioridade penal ou ampliar o tempo da permanência no regime fechado, mas cumprir as medidas já previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente e a plena implementação do SINASE (Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo), em especial na devida dotação orçamentária para as ações de reordenamento das unidades de internação a fim de atender aos novos parâmetros pedagógicos e arquitetônicos, além da ênfase na descentralização e na municipalização das medidas socioeducativas em meio aberto.

Eleições argentinas

Neste domingo, 22 de novembro de 2015, realizam-se as eleições presidenciais na Argentina, na qual disputam dois projetos: um, representado pelo peronista Daniel Scioli, que expressa as grandes transformações experimentadas naquele país desde a vitória de Nestor Kirchner, continuadas por Cristina, e as promovidas pelos governos progressistas do continente; o outro, o neoliberalismo, o retrocesso, a pobreza, a desregulamentação da economia e a reversão de direitos.

Imaginar que poderá vir a ser a primeira derrota de um governo progressista na região desde o triunfo de Hugo Chávez em 1998. Será a quebra da frente de seis governos sul-americanos, que atuam de forma coesa e com programas de governos similares.

A JPT se soma ao povo argentino pela continuidade do projeto que permitiu a “década ganada”, mantendo nossos vizinhos no caminho das mudanças nacionais, populares e democráticas, rumo à Pátria Grande Latino-Americana.

Saudamos nossos companheiros e companheiras do Partido Justicialista que, durante este pleito, lutaram bravamente para impedir o retorno das forças mais reacionárias e pró-Imperialistas.

## MOÇÃO SOBRE A POLÍTICA LGBT DA JPT NO PROXIMO PERÍODO

No dia 22 do mês de novembro de 2015, as participantes e os participantes do 3º Congresso Nacional da Juventude do Partido dos Trabalhadores, após se reunirem em diversos espaços de debates, e participado da plenária de auto-organização LGBT, apresentam na seguinte moção uma proposta de resolução política sobre o caminho das atividades e ações em que a JPT deve se debruçar e encaminham que tais metas voltadas ao público LGBT sejam de fato concretizadas.

Sabemos que as dificuldades de visibilidade a toda essa comunidade são enormes, vivemos em uma sociedade machista, racista e LGBTfóbica, em que a heteronormatividade privilegia os cidadãos heterossexuais e brancos. Até hoje a LGBTfobia já assassinou cerca de 269 pessoas só no ano de 2015, infelizmente 50% de todos os casos de transfobia letal no planeta em 2014 ocorreram no Brasil. As mulheres lésbicas e bissexuais ficam muito mais vulneráveis a qualquer tipo de mazela de nossa sociedade, além de não existirem programas específico de segurança e de saúde

voltados as mesmas.

O uso do nome social para pessoas trans e travestis são de grande urgência e necessidade. Nós, enquanto partido dos trabalhadores, o primeiro partido abraçar e acampar a luta LGBT em suas instâncias, necessitamos de forma urgente implantar essa política em toda a sua funcionalidade. O assegurar do uso do nome social é reafirmar o compromisso com estas pessoas, e assim não repetir de forma opressiva o preconceito que infelizmente já está naturalizado em nossa sociedade.

Os avanços da bancada conservadora e fundamentalista no congresso nacional ameaçam as pautas de luta e os direitos já conquistados de toda a comunidade LGBT, nos deixa em alerta sobre o cenário político de recessão de direitos sociais. Precisamos urgentemente elaborar uma resposta e reavaliar nossa postura enquanto juventude do maior partido de esquerda da América Latina. Nosso compromisso com essa pauta deve ser prioritário, temos que avançar na construção de uma agenda para a juventude LGBT do Partido dos Trabalhadores, propondo construções de encontros municipais, estaduais e nacionais para a juventude LGBT e para as Mulheres Lésbicas e Bissexuais, além de articular de forma interdisciplinar com todas as secretarias da Direção Nacional da JPT atividades e construções que visam dar visibilidade a essa juventude que já há muito tempo vive marginalizada por nossa sociedade.

Propomos também repensar de forma qualificada os dormitórios de todos os encontros da JPT, reservando um espaço único não só para mulheres lésbicas e bissexuais, como também mulheres que já sofreram algum tipo de violência e não se sintam confortáveis com alojamentos mistos.

Também por meio desta moção convocamos as companheiras e companheiros a unir-se à luta, com toda a comunidade LGBT do Partido dos Trabalhadores, para a transformação do Setorial para Secretaria Nacional LGBT, o qual será um passo muito importante para a representação e a auto-organização da mesma comunidade nas instâncias partidárias, além de servir como exemplo e delimitação a todas as esferas do PT sejam, municipais, estaduais e nacionais.

**MOÇÃO DO III CONGRESSO MUNICIPAL DA JPT SÃO PAULO – DILMA, MUDE A POLÍTICA ECONÔMICA!**

A juventude do PT do município de São Paulo, reunida em seu III Congresso, reivindica a demissão do atual Ministro da Fazenda Joaquim Levy, e a imediata mudança da política econômica, a começar pela redução dos juros, aplicação integral do orçamento, imposto sobre grandes fortunas e grandes heranças e auditoria da dívida pública. Devemos interromper imediatamente o ajuste fiscal recessivo, que gera desemprego e cortes na saúde e educação. Além disso, devemos enfrentar a Agenda Brasil de Renan-Levy, que propõe mudanças estruturais no sentido neoliberal, atacando direitos históricos conquistados pela luta da classe trabalhadora.

## MOÇÃO SOBRE O DESASTRE DE MARIANA

No dia 5 de Novembro, a comunidade de Bento Rodrigues, em Mariana-MG, foi surpreendida com o desastre provocado pelo rompimento de duas barragens de rejeito de minérios da SAMARCO CO, empresa comandada pela Vale.

Os impactos causados por esse desastre terão proporções imensuráveis, com consequências sociais, ambientais e econômicas para a população da Bacia do Rio Doce. O rastro de destruição chegou recentemente ao Espírito Santo e ao Sul da Bahia aumentando ainda mais o número de atingidos.

A JPT se solidariza com as trabalhadoras e trabalhadores afetados pelo desastre, consequência direta da exploração predatória das nossas riquezas naturais. A omissão do poder público em face deste lamentável acontecimento é claro desdobramento da relação promiscua estabelecida mediante o financiamento empresarial de campanha.

Diante disso ficam duas importantes reflexões em primeiro lugar sobre a importância da valorização do ambiente no desempenho de atividades econômicas e da necessidade de uma reforma política que garanta maior autonomia aos órgãos de governo.